

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 152/2000 de 12 de Outubro

Por despacho do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, com data de 5 de Fevereiro de 1998, foi autorizada a abertura de concurso público para a aquisição de uma prestação de serviços destinada à elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira - Troço Feteiras - Fenais da Luz - Lomba de São Pedro, nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, ilha de São Miguel, cuja a adjudicação ocorreu por despacho da mesma entidade, com data de 30 de Agosto de 1999.

O regime jurídico subjacente à elaboração do plano de ordenamento da orla costeira em referência reportava-se ao Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, e adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A, de 19 de Novembro, e ainda ao Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Julho, alterado pela Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro, que procedia à harmonização do regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território.

Com entrada em vigor da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, desenvolvida pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, foram introduzidas alterações significativas ao nível do regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território, nomeadamente no que concerne ao processo de participação pública, tendo ainda sido revogado o Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Julho.

Não obstante, encontra-se em curso a elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira - Troço Feteiras - Fenais da Luz - Lomba de São Pedro, sem que ainda tenha terminado a primeira fase, correspondente aos Estudos de Base, pelo que importa readequar o respectivo processo de elaboração aos termos da legislação em vigor.

Por outro lado, pela Resolução n.º 138/2000, de 17 de Agosto, foram aprovadas as linhas estratégicas de orientação relativas a intervenções no litoral, que constituem o primeiro quadro-referência definidor de um planeamento integrado do litoral, na Região Autónoma dos Açores.

Considerando ainda que, o planeamento integrado do litoral pressupõe que os planos de ordenamento da orla costeira correspondam a um processo dinâmico, contínuo e interactivo, destinado a promover a gestão sustentável das zonas costeiras, visando a promoção de um desenvolvimento estratégico de políticas sectoriais para a área em questão;

Assim, de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 227.º da Constituição e na alínea z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ainda nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Ratificar todos os procedimentos e a adjudicação anteriormente realizados para elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira - Troço Feteiras - Fenais da Luz - Lomba de São Pedro, nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande;
2. A finalidade subjacente à elaboração do plano de ordenamento da orla costeira referido no número anterior, traduz, a consciência da importância do planeamento integrado do litoral, nomeadamente quando o respectivo objecto se reporta ao meio insular, e ainda, a

necessidade de dispor de um instrumento que promova a salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e da paisagem daquela área, e de modo a que este possa constituir e implementar um sistema de gestão a tanto adequado;

3. O interesse público prosseguido concretiza-se em garantir a promoção de um desenvolvimento sócio-económico sustentável para a área em questão, visando a protecção, a preservação e a requalificação do litoral, e a inerente promoção da qualidade de vida da população, bem como a defesa costeira, procurando minimizar situações de risco ou de catástrofe que determinem a perda de vidas humanas e de bens, e ainda garantir o acesso e usufruto públicos do litoral e das respectivas potencialidades específicas;
4. Os objectivos a serem visados pelo instrumento de gestão territorial, de natureza especial, referido no n.º 1, são constituídos por aqueles que estiveram subjacentes ao procedimento concursal e à referida adjudicação, devendo, contudo, ser conformes ao determinado pela Resolução n.º 138/2000, de 17 de Agosto;
5. O âmbito territorial a abranger pelo plano de ordenamento da orla costeira referido no n.º 1, reporta-se à área compreendida entre a freguesia das Feteiras e Fenais da Luz, no concelho de Ponta Delgada, e a Freguesia de Lomba de São Pedro, no Concelho da Ribeira Grande, com o inerente envolvimento dos municípios em causa;
6. O departamento do Governo Regional responsável pela condução da elaboração do plano de ordenamento da orla costeira referido no n.º 1, é a Secretaria Regional do Ambiente, através da Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos;
7. A Comissão Mista de Coordenação a que se refere o n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000, de 23 de Maio, tem a seguinte composição:
 - a) Presidente, em representação directa do Secretário Regional do Ambiente;
 - b) Uma individualidade de reconhecido mérito;
 - c) Um representante da Secretaria Regional do Ambiente;

- d) Um representante dos serviços dependentes do Secretário Regional Adjunto da Presidência;
 - e) Um representante da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos;
 - f) Um representante da Secretaria Regional da Economia;
 - g) Um representante da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas;
 - h) Um representante da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada;
 - i) Um representante da Câmara Municipal de Ponta Delgada;
 - j) Um representante da Câmara Municipal da Ribeira Grande;
 - k) Um representante do Laboratório Regional de Engenharia Civil;
 - l) Um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores;
 - m) Um representante de uma associação de defesa do ambiente com expressão ao nível da ilha de São Miguel;
 - n) Um secretário, sem direito a voto.
8. O prazo de elaboração do plano de ordenamento da orla costeira referido no n.º 1 deverá coincidir com o prazo resultante da proposta apresentada pelo adjudicatário que elabora o plano, e contratualmente assumido em 17 de Dezembro de 1999;
9. É delegada no Secretário Regional do Ambiente a competência para aprovar o regulamento que define as competências e modo de funcionamento da Comissão Mista de Coordenação referida no número anterior;
10. É delegada no Secretário Regional do Ambiente a competência para constituir e nomear, no âmbito da Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, uma Comissão Executiva multidisciplinar que integre, exclusivamente, técnicos superiores e consultores externos daquela direcção regional, cuja função será proceder ao acompanhamento directo do desenvolvimento dos trabalhos das equipas técnicas que procedem à elaboração do plano de ordenamento da orla costeira referido no n.º 1, e ainda competências para designar o respectivo Presidente.

Aprovada em Conselho do Governo, Angra do Heroísmo, 25 de Setembro de 2000. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.